

88

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Da... 18 / 05 / 2000
C	Rubrica



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 13617.000026/95-96

**Acórdão :** 201-73.314

**Sessão :** 10 de novembro de 1999

**Recurso :** 106.154

**Recorrente :** ADOLFO CIRINO PEREIRA

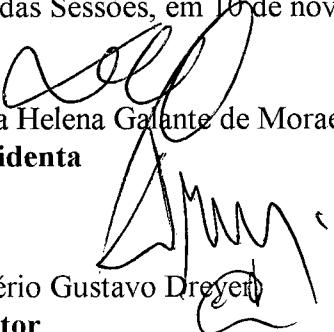
**Recorrida :** DRJ em Belo Horizonte - MG

**ITR – REVISÃO DO VTN - LAUDO TÉCNICO** - A revisão do VTN relativo ao ITR incidente no exercício de 1994 somente é admissível com base em laudo técnico afeiçoados aos requisitos estabelecidos no § 4º do artigo 3º da Lei nº 8.847/94. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: ADOLFO CIRINO PEREIRA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Geber Moreira.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1999

  
**Luiza Helena Galante de Moraes**  
**Presidenta**

  
**Rogério Gustavo Dreyer**  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Serafim Fernandes Corrêa, Ana Neyle Olímpio Holanda, Valdemar Ludvig, Roberto Velloso (Suplente) e Sérgio Gomes Velloso.

cl/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 13617.000026/95-96

**Acórdão :** 201-73.314

**Recurso :** 106.154

Recorrente : ADOLFO CIRINO PEREIRA

## RELATÓRIO

O presente processo retorna de diligência proposta na Sessão de 09 de dezembro de 1998, nos termos do relatório e do voto que leio em Sessão.

Os autos retornaram com a juntada do Laudo de fls. 91 e 92 e da ART de fls. 93.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 13617.000026/95-96**

**Acórdão : 201-73.314**

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ROGÉRIO GUSTAVO DREYER

O contribuinte, como deflui do relatado, cumpriu a diligência, com a anexação do laudo noticiado. No entanto, a referida peça técnica, a despeito de ter sido emitida por profissional habilitado, não logrou informar o Valor da Terra Nua, assim considerados os requisitos estampados no artigo 3º, § 1º, da Lei nº 8.847/94. O Laudo apresentado limita-se a descrever a topografia e as condições do solo, sem sequer citar valores, aspecto fundamental e decisivo para o deslinde da questão. O documento, por tal, em nenhum momento esclareceu, além do que já se continha no processo, quais fundamentos que sustentavam o VTN pretendido como base de cálculo do tributo.

Por tal, nada há a justificar se atenda o reclamo do contribuinte, pelo que nego provimento ao recurso interposto, mantendo o lançamento como notificado ao contribuinte.

É como voto.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1999

ROGÉRIO GUSTAVO DREYER